

Com Luís Eduardo, a sintonia fina nas reformas

DENISE ROTHENBURG e
LYDIA MEDEIROS

BRASÍLIA — A parceria inédita, desde o regime militar, entre um presidente da República e um presidente da Câmara foi a principal responsável pela vitória do Governo na primeira etapa das reformas constitucionais. De um lado, o presidente Fernando Henrique Cardoso, que assumiu a articulação política de seu Governo empenhado na conquista de cada voto. De outro, o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), que na prática passou a exercer as funções de chefe do Gabinete Civil, fazendo a ponte entre o Executivo e Legislativo durante as negociações.

Fernando Henrique enterrou o conselho político formado por presidentes e líderes de partidos aliados, que idealizara na campanha, e adotou o estilo pragmático do PFL. O presidente, que até março estava distante do dia-a-dia das negociações no Congresso, chegou dos EUA, no início de abril, renovado. A repercussão positiva das reformas no mercado internacional e as conversas com o presidente americano foram determinantes nessa mudança. Clinton alertou:

— Eu negociei mal e pouco com o Congresso.

De volta, Fernando Henrique

cobrou de seus ministros mais atenção ao Congresso. Sérgio Motta, das Comunicações, seguiu a orientação à risca. Para os parlamentares, foi o que mais trabalhou na busca dos votos pelas reformas. Nem sempre deu certo. No primeiro turno da emenda das telecomunicações, os deputados do comando político do Governo no Congresso viram os 15 nomes que Motta garantiria como votos resolvidos ficarem contra a emenda.

Luís Eduardo, que via na proposta do Governo a realização do programa do PFL, fez um pouco de tudo: detectou rebeliões, desmarcou reuniões interministeriais, ligou para ministros e manteve linha direta com o presidente. Foi um telefonema dele para a ministra da Indústria e Comércio, Dorothea Werneck, que garantiu a presença em plenário da bancada gaúcha no primeiro turno de votação das telecomunicações:

— Ministra, eu queria pedir que a senhora fosse sozinha para a instalação da Câmara Setorial do Vinho e dissesse a todos que os deputados não puderam ir porque estão votando, mas que trabalharam muito para o sucesso da câmara setorial — pediu, sendo prontamente atendido, para alívio do líder do Governo no Congresso, Germano Rigotto (PMDB-RS), que queria adiar a votação para poder acompanhar a ministra.

Cargos

BRASÍLIA — O período de votações na Câmara foi também o de maior cobrança dos políticos pela nomeação de seus afilhados para o segundo e terceiro escalões. Mas Fernando Henrique decidiu que o palácio receberia os pedidos, mas não faria as nomeações até o fim do processo.

— Não vamos resolver nada no emocional. Se nomearmos agora, a cada votação teremos que nomear. Os problemas serão resolvidos na época da calmaria. Quem vota conosco tem que estar com o Brasil e não com os cargos — disse o presidente a ministros e assessores, numa reunião sem parlamentares.

A voracidade dos políticos ficou explícita na semana passada, num ataque de fisiologismo considerado escandaloso pelo próprio grupo palaciano. PL, PP e PTB se uniram, aproveitando a votação do segundo turno das telecomunicações e o primeiro da emenda do petróleo, para tentar pressionar o Governo a lhes dar diretorias de empresas de telecomunicações nos estados.

Fernando Henrique soube da rebelião antes do almoço com os líderes partidários. Foi seco:

— Votem como quiserem. O problema dos cargos será resolvido depois.

Previdência

BRASÍLIA — Uma das maiores preocupações do Governo durante todo o período de reformas na Câmara foi com o PMDB. Segmentado e sem uma liderança capaz de conduzi-lo de maneira unificada, o maior partido do Congresso levou o presidente Fernando Henrique Cardoso a dar um murro na mesa e pagar para ver:

— Quem quiser votar contra, que vote. Temos que saber quem está com o Governo.

A decisão do Governo de votar

Petroleiros

BRASÍLIA — Governo e oposição têm versões bem diferentes para explicar a relação entre a greve dos petroleiros e o fim do monopólio da Petrobras. Para o Governo, os sindicalistas, valendo-se do controle de uma posição estratégica na economia, quiseram chantagear a população e desafiar o Executivo, impondo-se na marra à sociedade. Exemplo dessa atitude intransigente dos sindicatos foi sua disposição de desconhecer a decisão da Justiça, que considerou abusiva a greve.

A oposição, porém, tem uma opinião diferente: para ele, o Go-

verno teria jogado intencionalmente a população contra os grevistas. Os oposicionistas dizem até que o Governo contou com a ajuda das distribuidoras de gás de cozinha, que teriam parado de vender o produto.

— A greve foi administrada pelo Governo. Foi uma orquestração para pôr a população contra a greve e favorecer o Governo — avalia o líder do PDT, Miro Teixeira.

Em um ponto, todos concordam: a greve serviu de alavanca para o fim do monopólio da Petrobras.

Ruralistas

BRASÍLIA — Na discussão sobre a dívida do setor agrícola a bancada ruralista transformou uma questão econômica em barganha política e acabou arranhando a imagem do Governo. O grupo ameaçou reunir 140 votos contra a reforma econômica caso o Tesouro não subsidiasse os juros para o setor. Fernando Henrique recebeu-os às vésperas de todas as votações e acabou cedendo. Mostrou ao Congresso que não é imune a pressões e que acata um critério decidido pelo próprio Palácio do Planalto: quando há mais de quarenta votos em questão, é bom respeitar e negociar.

Apesar de a crise estar aparentemente solucionada, os ruralistas prometem dar mais trabalho ao Governo: depois de fecharem o acordo com Fernando Henrique, já anunciaram que pretendem dar calote não pagando os 70% da dívida em dia. Para a semana que vem, terão mais uma carta na manga: o projeto que tabela os juros em 12%, que já tem assinaturas para ser votado em regime de urgência, uma batalha que para o Governo representa mais do que qualquer emenda constitucional aprovada neste semestre.